

Impactos do túnel são discutidos em audiência

Trânsito e moradias ficaram entre os temas

BÁRBARA FARIAS
DA REDAÇÃO

A primeira audiência pública do projeto do túnel imerso Santos-Guarujá, realizada ontem na Associação Comercial de Santos (ACS), no Centro, abordou importantes pontos relacionados à obra. Entre eles, estão os serviços viários necessários para escoar o volume de tráfego de veículos nas emboCADURAS da ligação seca nas duas cidades, a infraestrutura a ser exigida para comportar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e possíveis desapropriações no lado santista.

A obra será feita em conjunto pela União e Governo do Estado, por meio de parceria público-privada (PPP). O investimento previsto é de R\$ 5,96 bilhões em um túnel de 860 metros de comprimento e prazo de concessão de 30 anos. As audiências com consulta pública visam o aperfeiçoamento do projeto, que ainda não está finalizado.

Embora um novo projeto tenha sido elaborado por uma comissão mista capitaneada pela Autoridade Portuária de Santos (APS), que conta com membros das prefeituras de Santos e Guarujá e de diversos órgãos e entidades, há receio quanto às desapropriações nos bairros santistas Macuco e Estuário, previstas no projeto original desenvolvido pela antiga Dersa.

A audiência foi a primeira de três organizadas pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). Hoje, às 9 horas, ocorrerá o segundo encontro no Teatro Procópio Ferreira

(Avenida Dom Pedro I, 350, no Jardim Tejeraba), em Guarujá.

Amanhã, o evento será realizado na sede da APS, na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, no Macuco, em Santos, também às 9 horas. O prazo de consulta pública termina em 3 de maio. As contribuições devem ser enviadas por formulário disponível no endereço eletrônico: bit.ly/3x1Px5F.

PARTICIPANTES

Formaram a mesa diretoria dos trabalhos de ontem, o diretor-geral da Artesp e presidente da audiência pública, Milton Persoli; a secretária-executiva adjunta do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Gabriela Costa; a diretora do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, Amanda Seabra; o diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Alber Vasconcelos; a diretora econômico-financeira da Companhia Paulista de Parcerias, vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) do Governo do Estado, Raquel Carneiro; e o presidente da APS, Anderson Pomini. Políticos e moradores da região também participaram do encontro.

“O governador Tarcísio de Freitas está otimista quanto à realização da obra por conta dessa grande parceria com o Governo Federal, com as prefeituras, associações e Autoridade Portuária”, disse o diretor-geral da Artesp na abertura dos trabalhos.



Autoridades e moradores da região participaram do encontro para falar sobre o projeto do túnel Santos-Guarujá, na Associação Comercial

Santos espera “desapropriação zero”

■ O prefeito de Santos, Rogério Santos (Republicanos), apresentou suas premissas. “Esperamos que haja o mínimo ou desapropriação zero na Cidade, não queremos viadutos na área urbana e problemas de mobilidade. Nós vamos tirar 25 mil automóveis do eixo da Ponta da Praia, trazendo para os bairros do Estuário e do Macuco e Avenida Afonso Pena. É uma obra fundamental para o Brasil e para o desenvolvimento da Baixada Santista”.

Representando o prefeito de Guarujá, Válder Suman (PSDB), o secretário de Infraestruturas e Obras, Adilson de Jesus, disse que há estimativa de movimento

de 30 a 40 mil veículos por dia chegando em Vicente de Carvalho. “Então, nós propusemos o direcionamento desse fluxo para a Rodovia Cônego Domenico Rangoni, sem utilizarmos as vias urbanas, por meio de um prolongamento da saída do túnel. Então, dentro dessa concessão, que a gente colocasse também esse anel viário”.

O presidente da ACS, Mauro Sammarco, indagou a mesa diretora em relação aos impactos das obras do túnel sobre as operações portuárias. Em resposta, a secretária-executiva adjunta do MPor, Gabriela Costa, disse que “isso está 100% dentro do nosso ra-

dar, em especial no canal aquaviário”, e que o tema será amplamente discutido com a APS.

Referente a desapropriações, o presidente da APS, Anderson Pomini, explicou que por se tratar de uma PPP, “há uma exigência legal que o mercado efetive estudos” e que ainda não há uma definição sobre isso. Mas, ressaltou que se os estudos apontarem o traçado do projeto novo como o ideal, que descarta desapropriações, exceto a de uma única área da APS, “será o melhor resultado para todos nós”.

Todas as contribuições apresentadas na ocasião foram respondidas pela direto-

ra econômico-financeira da Companhia Paulista de Parcerias, Raquel Carneiro. Em relação à precificação de imóveis a serem desapropriados, ela explicou que há diferenças para obra pública e PPP.

“Quando a gente faz um custo de desapropriação em uma PPP é uma estimativa. A gente pode até separar esse custo do capex total (investimentos na obra) e tomar como risco do poder concedente, e ir pagando conforme for desapropriando em vez de colocar na conta total. Há diversos mecanismos que a gente pode segregar no contrato”, finalizou. (BF)